



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2012.0000227389**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação com Revisão nº 0005896-86.2011.8.26.0568, da Comarca de São João da Boa Vista, em que são apelantes CARLOS ALEXSANDER NOGUEIRA (ESPÓLIO) e SARA DE OLIVEIRA LIMA (ESPÓLIO) sendo apelado MARIA JOSÉ FONSECA GUIMARÃES.

**ACORDAM**, em 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores ADILSON DE ARAUJO (Presidente), FRANCISCO CASCONI E PAULO AYROSA.

São Paulo, 22 de maio de 2012.

**ADILSON DE ARAUJO**  
**RELATOR**  
**ASSINATURA ELETRÔNICA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

2

**Apelação com Revisão nº 0005896-86.2011.8.26.0568**  
**Comarca : São João da Boa Vista — 2ª Vara Judicial**  
**Juiz (a) : Heitor Siqueira Pinheiro**  
**Apelantes : ESPÓLIO DE CARLOS ALEXSANDER**  
**NOGUEIRA e ESPÓLIO DE SARA DE**  
**OLIVEIRA LIMA (exequentes-embargados)**  
**Apelada : MARIA JOSÉ F. GUIMARÃES (terceira embargante)**  
**Interessado: MARCOLINO GUIMARÃES (réu-executado)**

**Voto nº 11.926**

**APELAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAL PROCEDENTE. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMBARGOS DE TERCEIRO. CABIMENTO. INTELECÇÃO DO ART. 1.046, DO CPC. PROCEDÊNCIA. MEAÇÃO DO CÔNJUGE ALHEIO AO PROCESSO INDENIZATÓRIO. NECESSIDADE. ADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE TERCEIRO.**  
*Como se sabe, a posse, quer direta, quer indireta, é tutelável por meio dos embargos de terceiro. Podem valer-se desta via processual o usuário, o locatário (possuidor direto), o locador (possuidor indireto), o compromissário comprador e, mesmo, o herdeiro (sucessor hereditário). Tem por escopo a declaração de que o bem constrito não se encontra na esfera exclusiva de responsabilidade patrimonial do executado.*

**APELAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAL PROCEDENTE. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMBARGOS DE TERCEIRO. CABIMENTO. INTELECÇÃO DO ART. 1.046, DO CPC. PROCEDÊNCIA. MEAÇÃO DO CÔNJUGE ALHEIO AO PROCESSO INDENIZATÓRIO. NECESSIDADE. INTELECÇÃO DO ART. 655-B DO CPC. MEAÇÃO DA ESPOSA. GARANTIDA. IMPROVIDO O APELO DOS EMBARGADOS.** Conquanto válida a entrega do automóvel do executado para garantir a indenização, imperiosa a ressalva da meação do cônjuge, justamente porque não há espaço para se conceber qualquer divisão



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**3**

sobre o bem. Assim, a referida meação recairá sobre o produto da alienação do bem, é dizer, sobre o equivalente monetário do bem.

Trata-se de embargos de terceiro oferecidos por **MARIA JOSÉ FONSECA GUIMARÃES**, decorrente de cumprimento de sentença de procedência, proferida na ação de reparação de danos originados por acidente de trânsito (fls. 251/260), manejada pelo **ESPÓLIO DE CARLOS ALEXSANDER NOGUEIRA e ESPÓLIO DE SARA DE OLIVEIRA LIMA** em face do executado **MARCOLINO GUIMARÃES** – cônjuge da terceira embargante –, sob o arrazoado de que o executado ofereceu um automóvel para a quitação do débito, sem ressalvar, contudo, sua meação (fls. 02/10).

Por r. sentença, cujo relatório adoto, os embargos foram julgados procedentes, para excluir da relação expropriatória a meação da embargante sobre o mencionado veículo automotor. Ademais, confirmou os efeitos da liminar concedida para que, operado o leilão do bem, a embargante possa levantar 50% do preço da venda. Não houve condenação sucumbencial (fls. 333/334).

Inconformados apelam os espólios-embargados, batendo-se pela reforma do r. *decisum*. Preliminarmente, pugnam pela prioridade na tramitação, nos termos do art. 1.211-A, do CPC, alicerçados no fato de que um dos representantes do Espólio superou a idade de 60 anos. Depois, no tocante ao mérito do recurso, afirmam que a sentença veio divorciada do Direito. Insistem no cabimento da denunciação da lide do executado (esposo da terceira-embargante), insinuando a possibilidade de estarem fraudando a execução. Discorrem sobre o regime matrimonial da comunhão



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

4

universal de bens. Reclamam a aplicação dos art. 1.667, 1.668 e 1.659, todos do Código Civil. Ponderam que a figura da meação só pode ser evocada no caso de divórcio do casal ou da morte de um dos cônjuges. Observam que não se pode confundir a responsabilidade civil com a criminal. Dizem que a apelada deve responder pela culpa *in vigilando*. Querem, pois, o acolhimento do recurso, para o fim de se anular a r. sentença, nos termos pleiteados (fls. 336/345).

Isenta de preparo, porquanto beneficiária da gratuidade de Justiça, o recurso de apelação foi recebido (fls. 352), processado e contrariado (fls. 354/360).

**É o relatório.**

De proêmio, cumpre assentar que o pedido de prioridade nos procedimentos, tendo em vista tratar-se de pessoa sexagenária, encontra supedâneo na legislação de regência (art. 1.211-A do CPC), razão pela qual, impõe-se seu deferimento.

No que concerne ao mérito recursal, não se vislumbra melhor sorte aos exequentes, aqui apelantes.

Observe-se que nesta fase de cumprimento da sentença de procedência da ação de indenização por danos materiais e moral, o executado, instado a satisfazer o crédito dos exequentes, ofereceu um automóvel, sem, contudo, ressaltar a meação de sua esposa. Daí a interposição destes embargos de terceiro.

Imperioso enfatizar o cabimento, na espécie, da oposição de embargos de terceiro. É necessário, aliás, que,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO  
São Paulo

5

na conjugação dos dispositivos de direito substantivo e adjetivo, se desenvolva uma interpretação sistêmica evitando-se, destarte, incorrer em antinomia. Sim, porque o art. 1.046, *caput* e § 1º, do CPC, dispõe:

**“Art. 1.046.** Quem, não sendo parte no processo, sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial, em casos como o de penhora, depósito, arresto, sequestro, alienação judicial, arrecadação, arrolamento, inventário, partilha, poderá requerer lhes sejam mantidos ou restituídos por meio de embargos.”

**§ 3º - Considera-se também terceiro o cônjuge quando defende a posse de bens dotais, próprios, reservados ou de sua meação**” (grifei).

Os eminentes NELSON NERY JÚNIOR e ROSA MARIA ANDRADE NERY, com sua costumeira maestria, ao trazerem anotações ao supracitado dispositivo processual, na nota nº 7, em seu alentado “CPC Comentado e Legislação Extravagante”, RT, 9ª ed., 2006, p. 1.031, prelecionam:

**“Objeto dos embargos. Proteção da posse. A posse, direta ou indireta, pode ser objeto de tutela pelos embargos de terceiro.** Assim, por exemplo, o usuário, o locatário (possuidor direto), o locador (possuidor indireto), o compromissário comprador têm direito de defender a sua posse por meio de embargos. Diferentemente do ocorre nas ações possessórias, a insurgência do terceiro embargante não se dá contra a regularidade ou não do ato de turbação ou esbulho que lhe impôs, no caso, a ordem judicial, mas sim contra a afirmação de que o bem constricto está na esfera de responsabilidade patrimonial do executado” (grifei).

Insustentável a alegação da recorrente, no sentido de ser nula a sentença, porque divorciada do Direito.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

6

Correto o comando decisório que indeferiu a intervenção de terceiros, *in casu*, a denunciação da lide do executado MARCOLINO GUIMARÃES (esposo da terceira-embargante), porquanto ausentes as situações previstas nos artigos 56 e seguintes do estatuto de rito.

Não bastasse essa fundamentação alicerçada na técnica processual, insta consignar que as insinuações de que o executado e sua esposa, terceira-embargante — aqui apelada — estariam fraudando a execução, vieram aos presentes autos desguarnecidas de qualquer idoneidade e arremedo de prova, pelo que não podem subsistir.

Despicienda a discussão que buscam estabelecer sobre o regime matrimonial da comunhão universal de bens, evocando os art. 1.667, 1.668 e 1.659, todos do Código Civil.

Frágil, ademais, a arguição de que a figura da meação só pode ser evocada no caso de divórcio do casal ou da morte de um dos cônjuges. Este não é, pois, o entendimento da doutrina e, muito menos, das Cortes Superiores de Justiça.

O eminente processualista, Prof. Dr. ANTÔNIO CLÁUDIO DA COSTA MACHADO, em seu alentado “CPC Interpretado e Anotado Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo”, Manole, 2ª ed., 2008, p. 1.159, ao discorrer sobre a expressa revogação do art. 669 do CPC, preleciona:

“Em razão da expressa revogação do art. 669 pela Lei n. 11.382/2006, o conteúdo disciplinar de seu então parágrafo único foi transportado para o focalizado § 2º deste art. 655, com o que se tornou mais coerente o sistema, uma vez que não apenas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO  
São Paulo

7

a intimação da penhora do executado (art. 652, §§ 1º e 5º), e a intimação dos credores com garantia real (§ 1º deste art. 655) permanecem integrando a presente subseção, como também, agora, a intimação do cônjuge do executado, na hipótese da penhora recair sobre bem imóvel, passa a integrá-la. Nada mais conveniente. **De qualquer forma, o que nos cabe esclarecer é que a intimação do cônjuge não o torna parte da execução (executado é apenas o outro), mas por meio dela abre-se-lhe a oportunidade para defender a sua meação por meio de embargos de terceiro** (ação que visará a desconstituição da de parte ou de toda a penhora – art. 1.046, § 3º) ou remir a execução (art. 651 c/c o art. 304 do estatuto civil). ...” (grifei).

Mas, à luz dos novos ares da reforma processualista, não se pode olvidar a criação do art. 655-B, que dispõe:

**“Art. 655-B** – Tratando-se de penhora em bem indivisível, a meação do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem”.

Ao discorrer sobre o dispositivo em testilha, o eminente processualista Prof. Dr. CASSIO SCARPINELLA BUENO, em sua obra “A Nova Etapa da Reforma do CPC – Comentários Sistemáticos à Lei nº 11.382/06”, vol. 3, Saraiva, 2007, p. 122, preleciona:

“O art. 655-B fez nítida opção que bem se harmoniza com o sistema codificado. A penhora de bens do casal é admitida, sempre com a observância do art. 649, **independentemente do regime de casamento dos cônjuges**. Nos casos em que o bem penhorado for *imóvel*, o § 2º do art. 655 exige que o cônjuge seja *intimado* da penhora.

Como uma das finalidades da penhora é a alienação do bem para que o seu equivalente monetário venha a satisfazer o crédito do exequente (art. 708, I), nos casos de bem indivisível – assim entendido aquele que não aceita fracionamento com observância do art. 87 do CC – põe-se a questão de saber se ele é, ou não, penhorável.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO  
São Paulo

8

**A solução dada pela lei processual civil brasileira é clara: o bem é penhorável e a tutela da meação do cônjuge, justamente porque não há espaço para se conceber qualquer divisão sobre o bem** – hipótese diversa regradada pelo parágrafo único do art. 681 (v. n. 59, *infra*) –, recai no *produto* da alienação do bem, isto é, recai sobre o equivalente monetário do bem. A orientação já era bastante bem aceita pela doutrina e pela jurisprudência. **Caso a alienação do bem seja contrária aos interesses do cônjuge, cabe a ele, cônjuge, adjudicá-lo nos termos do § 2º do art. 685-A**” (grifei).

E o distinto Professor arremata:

“Sobre o ponto, cabe uma questão interessante: pode o próprio exequente adjudicar o bem indivisível? Nestes casos, como tutelar a meação do cônjuge? As respostas mais adequadas são positivas. Embora o art. 655-B renda ensejo ao entendimento de que, nestes casos, de penhora de bens indivisíveis, a conversão do bem no seu equivalente monetário seja impositiva – e é por isto que o dispositivo refere-se a 'produto da alienação do bem' –, nada há que afaste, aprioristicamente, que o exequente pretenda satisfazer o seu crédito com a aquisição do próprio bem, hipótese em que o adjudicará, consoante lhe autoriza o art. 685-A” (*Op. cit.*, p. 122).

Portanto, à luz de todo a fundamentação legal e doutrinária aqui concatenada, chega-se à inevitável conclusão de que incorre a propalada nulidade da sentença.

Aliás, nesse sentido, deu correto desate à lide o douto Magistrado, quando assentou:

“Com efeito, apesar do registro formal seguir em nome do executado, fato é que, no campo do direito material, o festejado veículo também pertence à autora.

Ora, ela é casada com o devedor pelo regime da comunhão universal.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

9

No mais, tem-se que a dívida originária decorre de ato ilícito cometido, tão só, pelo marido executado.

Portanto, salvo por mera ilação, não há como fixar que a obrigação decorrente, de algum modo, tenha beneficiado a embargante" (fls. 333/334).

Decerto, na construção dessa linha de fundamentação não se está confundindo a responsabilidade civil com a criminal.

Descabida, por derradeiro, a assertiva de que a terceira-embargante, aqui apelada, teria agido com culpa *in vigilando*, e, por isso, seu patrimônio deve igualmente sofrer constrição para garantir a indenização.

Como consequência, a r. sentença deve ser preservada por seus próprios e por estes fundamentos.

Por todo o exposto, pelo meu voto, **nego provimento** ao apelo dos embargados. Fica mantida a r. sentença que acolheu os embargos de terceiro.

**ADILSON DE ARAUJO**  
**Relator**